

## **A deficiência como expressão de diversidade – contributos da Pedagogia Social**

### ***Handicap as an Expression of Diversity – the contribution of Social Pedagogy***

Lígia Silva<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O texto que apresentamos corresponde a uma reflexão que tem por base uma dissertação de mestrado<sup>2</sup> apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, um estudo centrado nas respostas sócio-educativas, políticas, medidas, estratégias e práticas institucionais, em que todo o caminho da investigação parte do pressuposto de que a diversidade é um valor ético e antropológico, logo, é também um valor pedagógico.

No duplo papel de professores e investigadores na área da Pedagogia Social, assumimos neste estudo uma preocupação pedagógica relativamente a situações que possam criar condicionalismos à inclusão social, principalmente quando as barreiras emergem da área educacional.

<sup>1</sup> Especialização em Educação Especial, Mestre em Pedagogia Social (UCP)

<sup>2</sup> «Para uma Pedagogia da Diversidade: o rosto da criança portadora de deficiência», dissertação de mestrado em Pedagogia Social, elaborada sobre orientação da Professora Doutora Isabel Baptista e apresentada em Novembro de 2007.

## Abstract

The text that we present relates to reflections based on a Masters dissertation presented to the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University, a study centred on socio-educational solutions, policies, measures, strategies and institutional practices, with the entire course of the research being based on the principle that diversity is an ethical and anthropological value, and that it is therefore also a pedagogic value.

In the dual role of teachers and researchers in the area of Social Pedagogy, we assume, in this study, pedagogic concerns relative to situations that can create the conditions for social inclusion, principally when the barriers to this arise from the area of education.

## Introdução

A construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária é uma das exigências da nossa contemporaneidade, tornando imprescindível a intervenção junto de todos os grupos humanos, com ênfase naqueles que se encontram em situação de fragilidade pessoal e social, onde naturalmente se incluem as pessoas com deficiência. Historicamente, a condição de deficiência produziu diferentes relações e as mais variadas conceitualizações, que foram sendo modificadas de acordo com os modelos económicos, religiosos e sociais que algumas sociedades desenvolveram. Durante muito tempo vigorou a «hegemonia dos iguais», sendo o afastamento dos indivíduos diferentes apontado mesmo como uma estratégia de preservação da integridade do grupo.

A realidade das pessoas com deficiência é muito recente na consciência das sociedades, pois só no último quartel do século XX se começou a ter alguma atenção para os milhões de pessoas que viviam nas sociedades perfeitamente marginalizadas, esquecidas, isto é, seres humanos aos quais não tinha sido dado ainda o direito à plena cidadania (Dias, 2002, 218). Os fenómenos de discriminação e de exclusão social que atingem as pessoas com deficiência são, ainda hoje, uma realidade que preocupa as sociedades modernas que se apresentam como sociedades educativas.

Reconhecendo que não é possível promover uma sociedade do conhecimento num cenário de exclusão social, voltamo-nos para a educação acreditando que ela

ocupa um lugar central na capacitação subjectiva e cívica dos sujeitos (Baptista, 2008). A criação e preservação de espaços de inclusão à pessoa portadora de deficiência, nomeadamente a partir da escolarização, é um tema que nos últimos anos tem despertado o interesse e o envolvimento das comunidades tanto a nível nacional como internacional. Constatamos contudo, que a concretização da meta de inclusão, no pressuposto de uma Escola para Todos, tem sido um processo difícil e lento que, de acordo com Fonseca (1995, 10), ainda está longe de estar concluído.

Ao longo da nossa actividade docente fomos vivenciando experiências e contextos educativos que foram ajudando a configurar a forma de entender e agir em educação e simultaneamente despertando um conjunto de convicções e de dúvidas, merecendo-nos especial atenção os mecanismos de eficácia que são postos ao serviço da educação, particularmente aqueles que pretendem dar resposta ao que se designa por «necessidades educativas especiais». Considerando que se trata de uma vasta área de investigação, de inegável complexidade e actualidade, pareceu-nos que o tema/problema centrado nas respostas sócio-educativas, era plenamente justificado e pertinente no contexto científico da Pedagogia Social, uma ciência social e humana cujas metas se dirigem para a melhoria do bem-estar social e da qualidade de vida dos indivíduos reféns de situações de infelicidade e de exclusão (Villar *et al*, 1996, 71), que pretende acolher o valor da diversidade, abarcando uma pluralidade de saberes e práticas numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, de todos, com todos e para todos.

Subordinada à preocupação de evidenciar «o rosto da criança portadora de deficiência», a questão de investigação que presidiu ao estudo visou compreender a pertinência da resposta pedagógica proporcionada pelas instituições privadas de ensino especial, concretamente no que se refere às crianças que se encontram na faixa etária abrangida pela escolaridade obrigatória, tentando perceber em que medida as respostas sócio-educativas de carácter institucional são, ou não, promotoras de uma pedagogia da diversidade.

Assim, situando o nosso trabalho no horizonte epistemológico da Pedagogia Social, propusemo-nos estudar uma instituição privada de ensino especial, mais propriamente uma CERCIP<sup>3</sup>, no pressuposto de que estas organizações emergiram fruto da necessidade de uma resposta sócio-educativa e têm sido uma das alternativas à crise da educação de crianças e jovens portadores de deficiência, ocupando um espaço de extrema importância no contexto da promoção de respostas de proximidade.

<sup>3</sup> CERCIPeniche

## A diversidade como valor pedagógico

O respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos e dos grupos humanos constitui um princípio fundamental que a educação deve procurar ter em conta como factor de coesão, pois permite consolidar valores sociais e morais (Delors, 1996, 47).

Valorizar e criar espaço para a diversidade constitui um dos maiores desafios para as nossas sociedades (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1996, ponto 16). Se ao longo da História falar de diversidade significou fazer referência a pessoas que «estavam fora da norma» gerando mecanismos de segregação e exclusão, hoje percebe-se que a diferença é expressão da riqueza do humano, garantindo a identidade entre as pessoas e nela se assinalam os elementos presentes na vida concreta que constituem, por natureza, os seres humanos. Como afirma Doise (2002, 35), «do ponto de vista humano, o desafio colocado à humanidade pela diversidade é, primeiramente, reconhecer e celebrar as afinidades entre todos os seres humanos enquanto membros da espécie humana e, em segundo lugar, promover um clima geral de respeito e tolerância para com as diferenças». De facto, a promoção da diversidade como valor tornou-se uma necessidade e simultaneamente uma condição de humanidade. Enfatiza-se a necessidade de termos uma visão positiva do outro, inscrevendo este imperativo no ideal de uma sociedade «para todos e com todos», em que a construção de uma comunidade se torna fundamental para o desenvolvimento de uma arquitectura social que expresse e dê suporte à coesão social.

Não sendo necessariamente ocasião de dispersão e muito menos de ameaça à(s) identidade(s), a diversidade é importante para a resolução devidamente adaptada e integrada de problemas que, se têm eventuais repercussões universais, têm, por isso, de ser localmente enfrentados (Carvalho, 2004, 17). A pedagogia da diversidade surge assim, como um imperativo educativo premente, que se afigura crucial para a qualidade de vida das futuras gerações em pleno tempo de globalização (Serrano, 2007, 54).

É em razão da diferença que descobrimos o quanto podemos criar alternativas novas e o quanto nesse processo é possível re-criar soluções para os problemas (Gaio e Meneghetti, 2004, 111-112). Daí que o grande desafio em garantir a todos a igualdade de oportunidades nos reporte para apostas e experiências que, de acordo com Fonseca (1995, 44), deverão acentuar a originalidade, a variedade e a heterogeneidade da pessoa humana, elevando ao máximo possível o seu potencial intra-

-individual e promovendo a integração social de todos os cidadãos, sem excepção. Compreender o humano é compreender a sua unidade na diversidade e a sua diversidade na unidade (Morin, 2002, 59), sendo necessário encontrarmos caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objectivos de curto prazo com metas de longo prazo, onde todo o indivíduo, família, organização e comunidade terão um papel vital a desempenhar e onde todos – as artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos – são chamados a oferecer uma liderança criativa (Gaio e Meneghetti, 2004, 98).

Fomentamos a (re)valorização do sujeito e do seu papel activo na construção de um neo-humanismo da alteridade que tem em linha de conta as diferentes singularidades, os diferentes sentidos, os diferentes jogos de linguagem, os diferentes percursos e também os diferentes sujeitos que se relacionam entre si, (Lopes, 2003, 47), por forma a que a dimensão de Pessoa ascenda aos valores conducentes à busca de um sentido para a sua existência e que esta possa usufruir do lugar de Pessoa num mundo onde emana a solidariedade, o diálogo, a participação, o amor (Bastos, 2004, 46).

Perceber que todos somos diversos é o primeiro passo para promover a diversidade e valorizar essa condição. Cada vez mais a tendência será para vermos a diversidade como algo natural, assumindo-a como um valor pedagógico e um desafio à imaginação social.

## **A deficiência como expressão de diversidade humana**

É na sua dispersão, pluralidade, tempo e história que o Homem existe e o respeito pela diversidade deverá constituir uma parte essencial dos valores comuns a todos, pois se por um lado a fragilidade do humano constitui a sua debilidade, também é verdade que, por outro lado, constitui a sua grandeza.

Vivemos numa luta permanente pela eliminação de critérios de discriminação social criados pela própria sociedade e que legitimam o desvio das trajectórias da confluência da vida comunitária de determinados grupos sociais (Madeira, 2006, 47). A sub-participação das pessoas com deficiência em muitos dos aspectos da vida social, tem conduzido a situações de exclusão e de discriminação, em especial o direito à igualdade de participação e de tratamento. De conceitos e versões grosseiras sobre deficiência e os seus tratamentos no passado, lentamente a mobiliza-

ção social passa a oferecer novas concepções que geram outras atitudes e valores éticos, produzindo novas relações com portadores de necessidades especiais.

Todos sabemos que o cidadão portador de deficiência tem uma limitação corporal ou mental que pode afectar aspectos de comportamento, muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e pouco funcionais, que lhe dão um perfil intraindividual peculiar. Mas, por outro lado, hoje também todos estamos conscientes de que o deficiente é, antes de tudo, uma pessoa, uma pessoa com direitos que, com e como outras pessoas, vive, sente, pensa e cria.

Assistimos com frequência a mensagens oficiais cheias de pressupostos filosóficos, discursos assentes, na maioria das vezes, em princípios humanitários, mas que muitas vezes não têm eco na vida das pessoas, essencialmente nas mais vulneráveis e expostas a situações de risco. São diversas as Organizações Não Governamentais (ONG) que nos comprovam que se continua a verificar uma diminuta participação das pessoas com deficiência na sociedade. Na Declaração de Madrid (2002) sobre Não Discriminação Mais Acção Positiva Igual a Inclusão Social, pode-se retirar que «as pessoas com deficiência são largamente ignoradas e esquecidas, o que leva a que não sejam capazes de exercer plenamente os seus direitos fundamentais e sejam excluídas socialmente». Estamos perante situações de marginalidade e exclusão causadas, como afirma Gonçalves (2007, 101), pela “invisibilidade social” e inerentes a questões tão prementes como a formação, a promoção da participação na vida activa e a autonomia da pessoa portadora de deficiência, centradas em áreas fundamentais como a educação, o emprego, a mobilidade e acesso, a habitação, e os regimes sociais.

Ao preconizarmos uma educação que participe num verdadeiro projecto antropológico, capaz de poder arrastar o homem para o círculo inadiável da sua dignificação, é fundamental que os humanos se reconheçam na sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconheçam a diversidade inerente a tudo quanto é humano (Morin, 2002, 51). O Homem, como ser que se projecta do existente para o desejável na busca da felicidade, deve insinuar valores como a liberdade, a afirmação do Homem como ser individual e a dignidade humana (Sousa, 2004, 207-210).

## **Reconhecimento intersubjectivo e estima social**

Actualmente existem sinais de mudança no sentido de considerar a deficiência como um acontecimento histórico na vida da pessoa, que não anula o «ser pes-

soa», uma tendência que assenta no princípio da individuação do ser humano e também no da igualdade de oportunidades (Madeira e Silva, 2001, 125). Hoje tende-se a falar na pessoa com deficiência e dos problemas com que quotidianamente se depara, concretamente no que diz respeito ao exercício pleno de cidadania. É natural que uma sociedade que se preze de ser humanista e solidária, tenha nos seus cidadãos mais vulneráveis os primeiros alvos, atendendo particularmente às diferenças das pessoas que a constituem através da partilha e da construção em conjunto (Andrada, 2001, 30).

Se durante séculos os deficientes foram vítimas de preconceitos que, em alguns casos, não eram menos severos que os sofridos pelas minorias raciais, agora começamos a reflectir na injustiça que tem sido cometida e a considerá-los um grupo desfavorecido, reconhecendo que têm sido sujeitos a uma discriminação injustificada (Singer, 2002, 70-71-72). O reconhecimento da pessoa deficiente como cidadã com direitos e deveres tem sido uma luta pela qual as sociedades contemporâneas se têm debatido. Tendo a sua raiz na evolução das Ciências Humanas e Sociais, emergiram movimentos que lutam contra a imagem do deficiente como aquele indivíduo do qual se tem pena e que tem de viver da caridade dos outros, incapaz de dar um contributo válido para a sociedade. Movimenta-se a sociedade civil, o sistema político e económico no sentido do reconhecimento das capacidades e potencialidades da pessoa portadora de deficiência e no reconhecimento do seu direito de participar e contribuir como membro de pleno direito da sociedade. Tem-se reconhecido progressivamente o direito da pessoa com deficiência a aceder aos bens disponíveis na sua comunidade ou seja, o direito à educação, à saúde, ao lazer, ao bem-estar e à partilha social, assumindo-se que os apoios económicos e sociais necessários devem ser suportados pela comunidade (Ferreira, 2001, 151).

Caminha-se, deste modo, rumo ao reconhecimento das pessoas portadoras de deficiência, seja qual for o seu grau e o seu *handicap*, como cidadãos vivendo num Estado de Direito e numa sociedade em que a vivência plena da cidadania e a variedade do tecido social sejam as suas maiores mais-valias. Procura-se tornar todas as pessoas e em especial as portadoras de necessidades especiais parte da comunidade, mas, como nos alerta Rodrigues (2001, 23), este é apenas um primeiro passo, pois ser parte da comunidade significa fazer parte da sua estrutura e desempenhar um papel social. Sendo assim, o verdadeiro desafio a atingir é que as pessoas portadoras de deficiência desempenhem funções sociais que sejam válidas e valorizadas.

O repto actual da Comunidade Europeia é construir uma «Europa Sem Barreiras», uma sociedade onde todos tenham o seu lugar, um conceito que na contemporaneidade, se liga com as noções de inclusão e em prol do qual é preciso rejeitar de qualquer forma as atitudes discriminatórias, pois a prática preconceituosa ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Bloemers, 2003, 222). Somente através de relações democráticas poderemos fazer com que os homens se tornem iguais, na condição comum de cidadãos, ainda que diferentes entre si. Reconhecer a diversidade e aceitar a diferença permite construir o direito que todos deveremos ter a um lugar digno e a sabermos (con)viver com pessoas oriundas de diferentes *backgrounds*, com características pessoais e culturas diferenciadas, com formas distintas de construir e realizarem o seu projecto de vida.

Na realidade, no seu conjunto, as sociedades em que vivemos e os Estados-membros têm-se reconhecido como os primeiros responsáveis pela eliminação da exclusão e da discriminação em razão da deficiência (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1996, ponto 25). Os Serviços de intervenção e de apoio vão surgindo, visando habilitar a pessoa com deficiência a usufruir dos bens e dos direitos que estão definidos em normativos internacionais. Tais princípios, constituem hoje o pressuposto fundamental de toda a política social de protecção às pessoas com deficiência e assentam em questões tão importantes como a luta incessante pelo seu reconhecimento e estima social.

## **Pressupostos antropológicos e éticos da acção sócio-pedagógica**

A transição para o século XXI vem consolidar o conhecimento de uma estrutura social tecida por uma infinidade de «micro-redes» pessoais, mas entendida, também, como uma «rede macro», que inclui a comunidade de que fazemos parte, a nossa sociedade, a nossa espécie e a nossa ecologia (Vicente, 2001, 273). O surgimento de uma sociedade civil global está a criar novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano e é neste sentido que a educação, ao contribuir para a construção do homem na sua plenitude, se considera ser um projecto antropológico. Corroborando com Santos (2003, 47), a educação constitui o primeiro passo para a inclusão social, autonomia e promoção da auto-estima, na medida em que está intimamente ligada com o desenvolvimento de valores, princípios de solidariedade e de cidadania, e com o desenvolvimento social e económico da sociedade.



Assumirmo-nos empenhados numa luta para que as pessoas com deficiências e desvantagens não sejam marcadas por uma sociedade incapacitante que acentue mais os seus limites do que as suas capacidades, remete-nos para as questões-base que têm sido motivo de profundas reflexões e debates, designadamente no que se refere às respostas educativas de crianças e jovens portadores de deficiência e aos confrontos ideológicos em torno das vantagens e desvantagens das respostas «integradas» e «segregadas». O encaminhamento de crianças das escolas do ensino regular para as escolas de educação especial é uma problemática emergente de extrema relevância, cuja oportunidade de reflexão nos pareceu pertinente, face aos desafios que decorrem da promessa de uma escola inclusiva e às sucessivas medidas legislativas que têm emergido no sentido da sua implementação.

A nossa opção por desenvolver um estudo numa organização específica, uma cooperativa de solidariedade social – CERCI – prendeu-se com o facto de, como já referimos, se tratar de uma estrutura que emergiu fruto de uma resposta sócio-educativa, desde logo assumida como uma alternativa às respostas educativas de um considerável número de crianças com necessidades educativas especiais em idade de escolaridade obrigatória, para as quais as estruturas regulares não conseguiram dar uma resposta adequada. Atendendo aos pressupostos do estudo, a investigação foi centrada numa valência muito específica dentro da instituição, correspondendo ao Serviço Educacional. Assumimos como objectivos gerais da investigação empírica: (i) desocultar os princípios e os valores que mobilizam a acção educativa da instituição; (ii) conhecer as percepções e representações dos actores envolvidos – profissionais que trabalham directamente com crianças (professores de educação especial, técnicos especializados, auxiliares de acção educativa, encarregados de educação); (iii) evidenciar os eixos estruturantes da dinâmica pedagógica promovida na instituição.

Neste percurso encetado pela CERCI, foi-nos possível verificar que todo o percurso realizado por esta cooperativa de solidariedade social revela que muito do que inicialmente marcava a sua distinção (missão), enquanto estrutura segregada, se tem perdido, alargando cada vez mais o âmbito da sua influência pelas sinergias que consegue estabelecer, o que tem sido fundamental na consolidação do *ethos* institucional. Verificámos estar perante uma instituição socialmente activa e interveniente, que revela dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, demonstrando possuir enormes virtualidades na melhoria do bem-estar das pessoas com deficiência ou com outro tipo de dificuldades de inserção social e profissional e da comunidade local. Esta instituição, chamada

à interacção numa lógica que assenta claramente numa ideia de estrutura intimamente ligada à realidade social que serve e que a serve, proporciona respostas sócio-pedagógicas promotoras de uma pedagogia da diversidade.

No que se refere à escola de educação especial, os serviços prestados pelo Serviço Educacional à criança/jovem portador de deficiência, traduzem-se em respostas de proximidade que têm vindo sucessivamente a colmatar fracassos do sistema educativo e algumas incapacidades da própria sociedade. A preocupação em proporcionar trajectos educativos cada vez mais amplos e fortemente enraizados na comunidade, traduzem as linhas de força de uma interacção positiva com a realidade social próxima e distante. Se por um lado foi fácil reconhecer estarmos perante uma comunidade educativa dinâmica, comprometida e empenhada, cujo foco de acção educativa assenta na promoção da pessoa, configurando uma enorme crença na educabilidade; por outro lado, do ponto de vista dos educandos salientamos o facto destas crianças/jovens em termos de interacções e relacionamentos interpessoais não usufruírem de todas as vantagens que as interacções com as crianças normais proporcionam, e que são fundamentais para o desenvolvimento integral e uma plena integração na sociedade.

Segundo a nossa percepção e os resultados da investigação que realizámos, a instituição em referência tem bem presentes os desafios colocados pela contemporaneidade, desafios esses que são os espelhos dos valores que a organização defende e pretende levar a cabo na sua missão. Na sua dimensão educacional, principalmente no que se refere às respostas alternativas à escola do ensino regular, concluímos estarmos perante um contexto educativo que impede de levar à prática os princípios e valores da inclusão, retirando-se que o “rostro” desta instituição é revelador de que nem todas as respostas organizacionais e pedagógicas servem para ajudar a dar brilho ao rosto único das crianças que pedem cuidados especiais. Consideramos, por isso, que se a Educação Especial em Portugal tem uma história da qual não temos que nos envergonhar, tão pouco deveremos ficar acomodados à situação. O papel da escola de educação especial urge por isso ser redefinido, de molde a que esta, enquanto instituição sócio-educativa, funcione numa lógica de complementaridade ao contexto escolar e não em sua substituição, pois, ao estarmos a possibilitar que as crianças cresçam e se desenvolvam em contextos educativos separados, estamos a impedir que haja uma adaptação mútua entre os seres humanos diferentes, privando-os de aprenderem a viver uns com os outros no pleno respeito pelas diferenças individuais e, mais preocupante ainda, de usufruírem da igualdade de oportunidades a que têm direito. A defesa do «direito universal

ao rosto» reclamado pela criança portadora de deficiência, e por nós defendido, implica que esta deixe de ser vista como uma pessoa com direitos próprios e passe a ser considerada como um outro de pleno direito. É imperioso continuarmos a apostar num outro entendimento de igualdade de oportunidades e simultaneamente num outro entendimento de escola e de educação especial pois, corroborando com Fonseca (2002, 18), não há nenhuma razão que justifique a discriminação dos seres humanos, muito menos à base da educação. Defendemos que estamos no caminho certo ao pretendermos mudar o rumo desta caminhada em torno da educação das crianças portadoras de deficiência, pois a inclusão das crianças portadoras de deficiência na escola regular é uma necessidade – e um direito – mas também um valor moral e ético, que, por ser universal, não deverá contemplar excepções. As suas oportunidades de adquirirem habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade, terão de passar por um ensino inclusivo onde, em ambientes naturais, os alunos aprendam como actuar e interagir com os seus pares do mundo «real» e, igualmente importante, os seus pares, e também os professores, aprendem a agir e interagir com eles, conjugando-se o *dar* com o *receber*.

A tão preconizada reestrutura da escola dever-se-á alicerçar no respeito pela individualidade de cada pessoa ou cultura (Gambôa, 2004, 108) e no reconhecimento do direito de cada um a uma educação apropriada, sendo imprescindível que esta instituição disponha de um leque de respostas eficazes para todas as necessidades educativas, por forma a assumir o compromisso de educar e escolarizar todos os alunos, independentemente das suas capacidades, interesses, características e necessidades (Correia e Martins, 2002, 23).

É fundamental que se continue a dar uma atenção particular à cooperação que se preconiza entre as duas instituições, no sentido das escolas de educação especial assumirem o desejado papel de centros de recursos especializados ao serviço da comunidade em geral e da escola pública em particular, num processo de transição equilibrado e sustentado. Trata-se de uma medida que assenta claramente numa lógica de complementaridade à intervenção protagonizada pelo sistema regular de ensino, mas que também se encontra claramente expressa na Declaração de Salamanca (1994), ao considerar fundamental congregar todo o conhecimento e experiência adquiridos, colocando esse *know-how* ao serviço da promoção da igualdade de oportunidades na escola. Apesar dos exemplos emanados da prática nos mostrarem que muitos já vão mais à frente a mostrar o caminho, e não retirando a necessidade imperiosa de a lei dar um claro sinal na marcação do rumo, a escola actual continua ainda a ser chamada a adoptar a pedagogia da diversidade como

imperativo educativo premente, devendo ocupar um lugar privilegiado como parceira em novos reptos sociais e colocar o conhecimento construído em contextos de Pedagogia Escolar ao serviço da Pedagogia Social, enquanto disciplina orientada para a intervenção sócio-educativa (Silva, 2007, 118).

Hoje, mais do que nunca, a organização educativa deverá orientar-se progressivamente para a exploração dos recursos exteriores através da passagem do monopólio da escola à rede de recursos sociais educativos, num trabalho desenvolvido em rede e em parceria. Por sua vez as organizações sociais e culturais deverão reintegrar uma dimensão educativa e valorizarem-na através da criação de uma rede de unidades educativas que integre famílias, escolas, centros culturais, museus, bibliotecas, hospitais, etc., numa dimensão importante do conjunto da comunidade e contando com o papel fundamental a desempenhar pela Pedagogia Social no âmbito da educação não formal (Carvalho, 2001). É neste sentido que, numa perspectiva exterior ao contexto escolar, com formas de prática educativa e pedagógica desenvolvidas em contexto social, se fala actualmente em educação para a saúde, educação para a cidadania, educação ambiental, educação para a terceira idade, na sócio-pedagogia dos tempos livres e em que se revela fundamental o contributo da Pedagogia Social, revestido de preocupações de índole formativa e necessariamente enriquecido pelas orientações dimanadas da investigação, sobretudo da Antropologia, da Sociologia e da Ética. É justamente com base nestes pressupostos, que hoje a maior parte dos projectos de intervenção sócio-educativa olha para as comunidades, com todo o capital de riqueza e de cultura que elas possuem. Numa sociedade planetária como a nossa, e numa era de mundialização como a que vivemos, os valores do enraizamento, a par dos valores universais, tornaram-se fundamentais para que possamos entrar no diálogo inter-cultural com um sentido de identidade. (Carvalho e Baptista, 2004, 50). Na verdade, o conceito de «educação ao longo de toda a vida», expressão que a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI utilizou no seu relatório, é um *continuum* educativo, coextensivo à vida e alargado às dimensões da sociedade e liga-se estreitamente ao conceito da igualdade de oportunidades (Delors, 1996, 89).

Assentando no desenvolvimento de estratégias várias para corrigir algumas desigualdades, procura-se intervir junto das populações ou dos indivíduos em risco social, na perspectiva de esta franja da população encontrar na educação uma oportunidade para se revelar naquilo que tem de melhor. É fundamental que a sociedade do século XXI promova o entrelaçamento entre o pedagógico e o social,

ajudando a tecer laços sociais e a criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, bem-estar e autonomia de vida, no sentido de nos permitir aprender sobre como viver em diversidade, como aceitar as diferenças individuais e, fundamentalmente, como fazer com que as diferenças nos beneficiem a todos.

## Conclusão

Atendendo a que a convivência entre diferentes está instalada de modo irreversível e progressivo no seio das sociedades contemporâneas torna-se imprescindível, tal como refere Serrano (2007, 54), saber viver com e na diversidade.

Numa época em que a sociedade actual pugna pela dignidade da espécie humana, estamos convictos que caminhamos rumo à necessária mudança. Mas apesar de estarmos no bom caminho, importa aqui referir com realismo que tudo indica termos ainda um longo percurso a fazer rumo à igualdade de oportunidades.

A inclusão ainda segue um caminho com dificuldades e necessidade de ajustes, justificando-se a luta pela permanente construção do respeito pela diversidade. É fundamental que as necessidades sociais, a opinião pública e o interesse governamental, central e local, despertem para várias prioridades que permitam materializar a aceitação, a compreensão, a educação e a reabilitação de seres humanos diferentes com necessidades especiais, tendo implícito um trabalho profundo e muito sério rumo à construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, menos desigual, em que o acesso à educação, à formação profissional, ao emprego, aos direitos de cidadania, a bens e serviços de qualidade, não sofra constrangimentos decorrentes da existência de discriminações.

Torna-se deste modo essencial termos bem presente que os desafios colocados pela contemporaneidade exigem estratégias de vida assentes no acolhimento da incerteza e do risco, enquanto oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento humano (Baptista, 2003, 141). Enquanto saber interdisciplinar, a Pedagogia Social vem precisamente apelar à mudança, tanto ao nível de atitudes, como das práticas, numa corresponsabilização em rede social, tendo em conta a especificidade de um todo geográfico, pedagógico e, por inerência, sócio-cultural, uma mudança que permita o autêntico exercício da cidadania, onde cada um de nós consiga vivenciar o verdadeiro sentido da vida em situação de igualdade de oportunidades e numa permanente construção do respeito pela diversidade.

## Referências bibliográficas

Andrada, M. G. (2001). Conceito de Deficiência, Incapacidade e Handicap: Tipos de deficiência. In Louro, C. (Coord.). *Acção Social na Deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bastos, F. E. (2004). A dignidade como fundamento ontológico da condição humana. In Carvalho, A. D. (Org.). *Problemáticas Filosóficas da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Baptista, I. (2003). A contemporaneidade como exigência ética ou: a impossível inocência do ser. In Carvalho, A. D. (Org.). *Sentidos Contemporâneos da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Baptista, I. (2006). *Programas de intervenção sócio-educativa*. (Textos de Apoio). Porto: UCP. (não editado).

Baptista, I. (2007). *Aprender na e com a vida*. Cadernos de Pedagogia Social. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Baptista, I. (2008). *De que falamos quando falamos em Pedagogia Social*. *Jornal "a Página"*, N.º 175, Fevereiro 2008, Pág. 15. Porto: Profedições, Lda.

Bloemers, W. (2003). Perspectivas Europeias sobre Inclusão: Aspectos sociais e educacionais. In Rodrigues, D. (Org.). *Perspectivas sobre Inclusão: Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, A. D. (Org.). (2001). *Filosofia da Educação: Temas e Problemas*. Porto: Edições Afrontamento.

Carvalho, A. D. (Org.). (2004). *Problemáticas Filosóficas da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Carvalho, A. D. e Baptista, I. (2004). *Educação Social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

Comissão das Comunidades Europeias. (1996). *Comunicação da Comissão sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: uma nova estratégia para a Comunidade Europeia*. Bruxelas. [Em linha] Disponível em: [http://ec.europa.eu/employment\\_social/soc-prot/disable/com406/406.pt.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/soc-prot/disable/com406/406.pt.pdf) [Acedido em Setembro de 2006].

Correia, L. M. & Martins, A. P. (2002). *Inclusão: Um guia para educadores e professores*. Braga: Quadrado Azul Editora.

Declaração de Madrid. (2002). *Não Discriminação Mais Acção Positiva Igual a Inclusão Social*. [Online] Disponível em: <http://www.ped.pt/apd/decmad.php>. [Acedido em Agosto de 2006].

Declaração de Salamanca (1994). *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Salamanca: UNESCO.

Delors, J. et al. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Lisboa: Edições ASA.

Dias, M. L. (2002). O contributo das ONG's de pessoas com deficiência para a criação de uma sociedade inclusiva. In Sequeira, A. (Ed.). *Globalização Sociedade e Inserção Social*. Lisboa: ISPA.

Doise, W. (2002). *Direitos do Homem e Força das Ideias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ferreira, M. C. (2001). Organização de equipas técnicas. In Louro, C. (Coord.). *Acção Social na Deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.

Fonseca, V. (1995). *Educação Especial*. (2.<sup>a</sup> ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Fonseca, V. (2002). Tendências Futuras para a Educação Inclusiva. In Correia, L. M. (ed.). *Inclusão*. Revista n.º 2. Braga: Universidade do Minho.

Gaio, R. & Meneghetti, R. (Orgs.). (2004). *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Gambôa, R. (2004). *Educação, Ética e Democracia: A reconstrução da modernidade em John Dewey*. Porto: Edições ASA.

Gonçalves, J. L. (2007). Invisibilidade e reconhecimento: a construção da literacia moral em Pedagogia Social. In Baptista, I. (2007). *Aprender na e com a vida*. Cadernos de Pedagogia Social. Lisboa: UCP.

González, J. A. (2005). Diferenciación e Inclusión. In Serra, H. et al. (Org.). *Encontro Internacional de Educação Especial. Diferenciação: do conceito à prática*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, S. A.

Lopes, B. J. (2003). Intersubjectividade e comunicabilidade em educação, hoje. In Carvalho, A. D. (Org.). *Sentidos Contemporâneos da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Madeira M. J. & Silva, M. R. (2001). As Respostas Sociais. In Louro, C. (Coord.). *Acção Social na Deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.

Madeira, R. (2006). A Educação que se constrói como “Especialmente Inclusiva”. In Rodrigues, D. (Ed.). *Educação Inclusiva: Estamos a fazer progressos? Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana*.

Morin, E. (2002). *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Perrenoud, P. (2001). *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. (2.ª ed.). São Paulo: Artmed Editora S. A.

Rodrigues, D. (Org.). (2001). *Educação e Diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.

Santos, H. (2003). Diagnóstico da Deficiência em Portugal. In A. Sequeira. *Solidariedade e Inserção Social*. Lisboa: ISPA Edições.

Serrano, J. (2007). A sala de aula: porta para a realidade ou para a utopia da educação inclusiva? In Rodrigues e Magalhães (Orgs.). *Aprender Juntos Para Aprender Melhor*. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.

Silva, I. M. (2007). O Professor como Mediador. In Baptista, I. *Aprender na e com a vida*. Cadernos de Pedagogia Social. Lisboa: UCP.

Singer, P. (2002). *Ética Prática*. (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Sousa, R. T. (2004). A busca da felicidade: Reflexões sobre a educação como exigência e sobre a felicidade como sua possibilidade na concepção antropológica de Octavi Fullat. In Carvalho, A. D. (Org.). *Problemáticas Filosóficas da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Vicente, M. B. (2001). O diferente como cidadão pertencente a uma minoria. In Louro, C. (Coord.). *Ação Social na Deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.

Villar, M. B. et al (1996). *Concepto Clave da Educación Social*. Campus Universitario Sur: Universidade de Santiago de Compostela.